



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**ADM.: 2009/2012**

**PROJETO LEI N.º 02 /2011**

**Altera o caput do art. 07, 08 e 12 da Lei 257/2011 e dá outras providências**

O Prefeito Municipal de Canaã dos Carajás, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

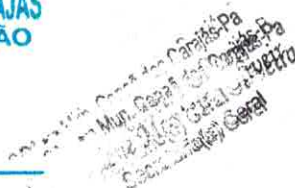
**Art. 1º.** Fica modificado o caput do art. 7º da Lei Municipal nº 257/2011, que passará a ter a seguinte redação:

***"Fica o Poder Executivo autorizado, excluídos os casos previstos nesta lei, a abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total da despesa nela fixada.***

**Art. 2º.** Fica modificado o caput do art. 8º da Lei Municipal nº 257/2011, que passará a ter a seguinte redação:

***"Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total da despesa nela fixada.***

**Art. 3º.** Fica modificado o caput do art. 12º da Lei Municipal nº 257/2011, que passará a ter a seguinte redação:



*Recebido  
Em 18.01.14  
16:13 hs*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**ADM.: 2009/2012**

***“Fica o poder Executivo autorizado a realizar operações de Crédito, Antecipação de Receita Orçamentária – ARO e venda de direitos Creditórios em instituições Financeiras ou Fundo de Investimentos, até o limite de 10% da receita orçada constante do art. 3º desta Lei.”***

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**, aos 18 dias do mês de janeiro de 2011.

  
**Anuar Alves da Silva**

**Prefeito Municipal**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**APROVADO NA SESSÃO**  
**ORDINÁRIA**  
**DE:** 03/02/2011  
  
Discussão Única  
**WALTER DINIZ MARQUES**  
**PRÉSIDENTE**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**ADM.: 2009/2012**

**URGENCIA  
ESPECIAL**

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Senhora Vereadora,

Encaminhamos a douta apreciação desta Casa de Leis o Projeto que altera o caput do art. 7º, 8º e 12 da Lei Municipal nº. 257/2011 (Lei Orçamentária Anual) e da outras providencias.

A presente proposição tem por objetivo o aumento do limite em até 20% (vinte por cento) sobre o total da despesa fixada na lei orçamentária para a abertura de créditos suplementares, tendo em vista que o percentual atualmente em vigor (10%) é insuficiente para atender as necessidades do Poder Executivo Municipal.

Nesse ano, o município de Canaã dos Carajás estima o recebimento de recursos financeiros provenientes de programas de infra estrutura do governo Federal não previstos na época da tramitação do Projeto de Lei sobre o Orçamento Anual a vigorar para o exercício de 2011, bem como de recursos advindos da antecipação dos royalties da mineração em nossa cidade.

Os recursos recebidos e a receber serão integralmente utilizados nas obras de infra estrutura a serem realizadas em Canaã dos Carajás, pois tratam-se de verbas de destinação vinculada.

Isto posto, submetemos o Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis, contando com o apoio do Edis na aprovação, na integra do mesmo, salvo melhor juízo dos Senhores Vereadores.

Atenciosamente,

  
**ANUAR ALVES DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**Exmo Sr.**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**Walter Diniz**



*Recebido Em,*  
*18.01.11*  
*16:13*  
*W. Oliveira*  
Câmara Mun. Canaã dos Carajás-P  
Rostene Monteiro Oficial  
Secretaria(a) Geral





**Município de Canaã dos Carajás**  
**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Canaã dos Carajás**

**PARECER DO RELATOR ESPECIAL**  
**ASSUNTO: PROJETO DE LEI 002/2011**

**EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

O presente parecer tem o escopo de promover a análise do Projeto de Lei 002/2011, proposto pelo Prefeito Municipal de Canaã dos Carajás e que ALTERA O CAPUT DOS ARTIGOS 7º, 8º E 12, DA LEI 257/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iniciando-se a análise deste projeto, por seu aspecto constitucional, não há nenhum aspecto que possa ser considerado inconstitucional, para tanto, consideramos duas características: a forma e a matéria.

Com relação a forma adotada, para a alteração de lei ordinária, é correta a adoção da forma de lei ordinária, uma vez que, não se trata de matéria condicionada a tramitação pela via da lei complementar.

Quanto a matéria, é o município competente, segundo a Constituição Federal, para tratar as matérias que são de seu peculiar interesse.

Fica satisfeito desta forma o aspecto da legalidade e que cumpre manifestar este Relator

Naquilo que respeita aos aspectos gramaticais e lógicos, não vislumbro a necessidade de alteração.

Passa o relator a avaliar sobre a conveniência e oportunidade dos projetos apresentados a esta Casa de Leis.

Neste sentido, o Relator deve limitar-se em apreciar tão somente, a conveniência e oportunidade dos projetos em tramitação por esta Casa, logicamente, levando em consideração sua conveniência.

Na presente situação o Projeto de Lei dispõe sobre a alteração de artigos da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2011, o que justifica tal alteração é a necessidade de se adequar a LOA a realidade, pois quando de sua elaboração não foram previstas situações que hoje se apresentam, devido ao dinamismo de nosso Município.

Do ponto de vista da oportunidade e conveniência, este Relator, não vislumbra elementos que possam obstruir a aprovação deste projeto.

Desta forma, este Relator Especial, com fundamento nos argumentos de fato e direito acima expostos, OPINA pela APROVAÇÃO deste projeto, nos aspectos que dizem respeito a Constitucionalidade, legalidade, oportunidade e conveniência.

  
Clevis Augusto Correia

